

MANIPULAÇÃO CONTÁBIL EM MUNICÍPIOS PAULISTAS: EVIDÊNCIAS DE GESTÃO DE RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS

Alexandra Maria Rios Cabral 

alexandra.cabral@feac.ufal.br

Valdemir da Silva 

valdemir.academico@gmail.com

Camila do Carmo Hermida 

camila.hermida@feac.ufal.br

Anderson Moreira Aristides dos Santos 

anderson.santos@feac.ufal.br

Wesley Vieira da Silva 

wesley.silva@feac.ufal.br

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió/AL, Brasil

No setor público brasileiro, especialmente em governos locais com controles internos frágeis, há incentivos e oportunidades para o gerenciamento discricionário dos resultados contábeis, o que pode impactar as decisões de cidadãos e instituições de controle. Fundamentado nas teorias da escolha pública e da agência, este estudo investiga a prática de manipulação contábil nos resultados orçamentários de municípios paulistas, a partir do uso das contas “outras receitas correntes” e “outras despesas correntes”, empregadas com o propósito de atingir o equilíbrio orçamentário. A metodologia utilizada baseia-se na análise de dados em painel desbalanceado, abrangendo 645 municípios paulistas no período de 2014 a 2022, por meio da aplicação de modelos de efeitos fixos, aleatórios e *pooled*, com a testagem de cinco hipóteses fundamentadas na literatura científica. Os resultados apresentam indícios robustos de manipulação dos resultados, especialmente em municípios de menor porte, sendo o gerenciamento mais evidente nas contas de “outras despesas correntes”. Como contribuição, o estudo destaca a importância de considerar a heterogeneidade municipal e adota uma abordagem metodológica ainda incipiente na literatura nacional. Esses achados reforçam a necessidade de fortalecimento dos controles institucionais e da transparência fiscal no setor público brasileiro.

Palavras-chave: gerenciamento de resultados; municípios; manipulações contábeis; dados em painel.

MANIPULACIÓN CONTABLE EN MUNICIPIOS PAULISTAS: EVIDENCIAS DE GESTIÓN DE RESULTADOS PRESUPUESTARIOS

En el sector público brasileño, especialmente en los gobiernos locales con controles internos frágiles, existen incentivos y oportunidades para la gestión discrecional de los resultados contables, lo que puede afectar las decisiones de los ciudadanos y las instituciones de control. Basándose en las teorías de la elección pública y de la agencia, este estudio investiga la práctica de la manipulación contable en los resultados presupuestarios de los municipios de São Paulo, utilizando las cuentas de otros ingresos corrientes y otros gastos corrientes, utilizadas con el fin de alcanzar el equilibrio presupuestario. La metodología empleada se basa en el análisis de datos en un panel desequilibrado, que abarca 645 municipios paulistas en el período de 2014 a 2022, mediante la aplicación de modelos de efectos fijos, aleatorios y *pooled*, con la comprobación de cinco hipótesis fundamentadas en la literatura científica. Los resultados indican indicios sólidos de manipulación de resultados, especialmente en municipios más pequeños, siendo la gestión más evidente en las cuentas de otros gastos corrientes. Como contribución, el estudio destaca la importancia de considerar la heterogeneidad municipal y adopta un enfoque metodológico aún incipiente en la literatura nacional. Estos hallazgos refuerzan la necesidad de fortalecer los controles institucionales y la transparencia fiscal en el sector público nacional brasileño

Palabras clave: gestión de resultados; municipios; manipulaciones contables; datos en panel.

ACCOUNTING MANIPULATION IN MUNICIPALITIES IN SÃO PAULO: EVIDENCE OF BUDGET RESULT MANAGEMENT

In the Brazilian public sector, particularly among local governments with weak internal controls, incentives and opportunities exist for discretionary management of accounting results, potentially affecting the decisions of citizens and oversight institutions. Grounded in public choice and agency theories, this study investigates the practice of accounting manipulation in the budgetary outcomes of municipalities in the state of São Paulo, focusing on the “other current revenue” and “other current expenditure” accounts, which are utilized to achieve budgetary balance. The methodology is based on the analysis of unbalanced panel data from 645 municipalities in São Paulo over the period 2014 to 2022, employing fixed effects, random effects, and pooled effects models, and testing five hypotheses grounded in the scientific literature. The results provide strong evidence of result manipulation, particularly in smaller municipalities, with such practices being more pronounced in the “other current expenditure” accounts. As a contribution, the study underscores the importance of accounting for municipal heterogeneity and adopts a methodological approach that remains nascent in national literature. These findings further highlight the necessity of strengthening institutional controls and promoting fiscal transparency in the Brazilian public sector.

Keywords: results management; municipalities; accounting manipulation; panel data.

1 INTRODUÇÃO

A flexibilização dos padrões ou regras contábeis é permitida até o limite do que é legal e do que se enquadra na margem de discricionariedade consciente e moralmente aceitável, possibilitando que os gestores realizem manipulações (Durana *et al.*, 2022). Essa brecha, amparada pelas normas, gera um ambiente de incentivos, racionalização e oportunidades para que os responsáveis pelas contas públicas possam, intencionalmente, efetuar ajustes com o objetivo de melhorar a imagem fiscal do ente (Paulo, 2019).

Alguns estudos demonstraram que instrumentos de controle institucional, auditorias externas e mecanismos de transparência atenuam essas práticas ao restringirem a discricionariedade dos gestores (Cohen; Malkogianni, 2021; Rasteiro, 2023). Nesse sentido, apesar do ceticismo inicial quanto à manipulação de resultados no setor público (Dechow *et al.*, 2010; Jones, 2011), o tema tem despertado interesse crescente de pesquisadores nacionais (Almeida Santos *et al.*, 2019; Costa; Gartner, 2016; Paulo, 2019; Santos *et al.*, 2012) e internacionais (Bisogno; Donatella, 2022; Capalbo *et al.*, 2014; Cohen; Malkogianni, 2021; Rasteiro, 2023; Verbruggen; Christiaens, 2012), com estudos que evidenciam a ocorrência dessa prática em distintos contextos institucionais e regimes contábeis.

No contexto brasileiro, por se tratar de Estado com sistema *code law* (La Porta *et al.*, 1998), os governos locais constituem ambientes propícios para a investigação do gerenciamento de resultados. Apesar dos instrumentos legais que regem as finanças públicas, como a Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o controle interno permanece fragilizado (Pederneiras *et al.*, 2018), o que pode ampliar o espaço para decisões discricionárias na execução orçamentária. Essa fragilidade institucional, aliada à assimetria de informação, tende a intensificar tal margem de escolha dos gestores sobre o orçamento, comprometendo a transparência e os mecanismos de *accountability* pública.

A literatura indica que a discricionariedade dos gestores é exercida por contas orçamentárias de natureza genérica, as quais oferecem baixo controle imediato (Almeida Santos *et al.*, 2012; Costa; Gartner, 2016). Embora o uso dessas classificações seja uma técnica comum, Augustinho *et al.* (2013) sugerem que essas rubricas podem ser utilizadas de forma oportunista para viabilizar o equilíbrio fiscal.

Ainda assim, permanece uma lacuna sobre como a manipulação de resultados varia conforme o porte populacional, variável associada a diferentes níveis de capacidade técnica e monitoramento (Haugdal *et al.*, 2024). Com base na revisão da literatura apresentada na seção 2, persiste a necessidade de investigar se os municípios de menor porte utilizaram essas contas orçamentárias para atingir as metas fiscais, uma vez que a flexibilidade contábil tende a ser maior em ambientes com menor pressão de monitoramento externo (Donatella *et al.*, 2024), o que compromete a transparência das informações fiscais e enfraquece os mecanismos de *accountability* perante a sociedade.

Diante do exposto, propõe-se a seguinte questão: os municípios paulistas manipulam os resultados orçamentários por meio da utilização das contas de outras receitas correntes e outras despesas correntes, com o objetivo de alcançar equilíbrio orçamentário? Para responder a esse questionamento, o presente estudo objetiva verificar a ocorrência da prática de manipulação do resultado nos municípios paulistas, por meio da utilização dessas contas, no período de 2014 a 2022.

A relevância desta pesquisa reside em: a) empregar modelos econométricos capazes de lidar com a heterogeneidade entre municípios, por meio da análise de dados em painel; b) considerar um período de nove anos. Até o momento, apenas o estudo de Santos *et al.* (2012) aplicou metodologia semelhante em municípios brasileiros, porém com horizonte temporal mais restrito.

A decisão de investigar o Estado de São Paulo justifica-se por sua representatividade nacional, tanto do ponto de vista fiscal quanto econômico. Com um total de 645 municípios, o estado oferece uma base empírica ampla e heterogênea, conferindo robustez estatística e maior variabilidade orçamentária. Apesar de sua importância econômica, os municípios paulistas ainda não foram objeto específico de estudos científicos sobre manipulação de resultados orçamentários, no que se refere ao exame das referidas rubricas como potenciais mecanismos de ajustes discricionários conforme a literatura consultada até o presente momento.

Diante do exposto, este trabalho contribui para fortalecer teoricamente as poucas pesquisas nacionais sobre manipulação de resultados nos municípios brasileiros e para ampliar, de modo geral, a compreensão desse fenômeno no setor público. Além disso, os resultados desta pesquisa apresentam relevância para as instituições de controle, especialmente para o Legislativo, uma vez que os incentivos à manipulação podem estar implícitos ou explicitamente presentes nas metodologias e nos dispositivos legais e infralegais vigentes, impactando a qualidade da informação fiscal utilizada para fins de *accountability* e deliberação orçamentária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Bases teóricas da discricionariedade gerencial no setor público: a escolha pública como lente interpretativa

A teoria da escolha pública fornece uma base conceitual apropriada para compreender a lógica dos incentivos e o comportamento decisório e discricionário dos gestores públicos diante das oportunidades. Essa abordagem sustenta que os agentes políticos agem de forma racional, visando atingir seus próprios interesses, tais como reeleição, popularidade ou manutenção do poder (Buchanan, 2003). Tal racionalidade manifesta-se nas tomadas de decisão que favorecem escolhas orçamentárias voltadas para a percepção de equilíbrio fiscal, ainda que essas decisões envolvam a distorção de informações.

No contexto dos municípios paulistas, os incentivos institucionais e eleitorais criam oportunidades para que os gestores desses governos locais utilizem, de forma discricionária, no processo de execução orçamentária, rubricas como “outras receitas correntes” e “outras despesas correntes” para ajustar os resultados fiscais de acordo com seus interesses. Nessa perspectiva, Cohen *et al.* (2019) demonstram que o ciclo político constitui uma variável determinante para a maior ocorrência dessas escolhas discricionárias, especialmente em períodos pré-eleitorais, quando o governante busca apoio e procura reforçar sua imagem perante os eleitores, divulgando sua competência fiscal.

Embora mais difundida no setor privado, a teoria da agência ainda se mostra útil como lente complementar para interpretar e analisar, em ambientes de informações assimétricas, os conflitos entre o principal (sociedade) e o agente (gestor público). Nesses cenários de conflitos de interesse, sob a influência dos incentivos, o agente pode adotar comportamentos oportunistas que escapam da vigilância dos principais interessados, a sociedade (Jensen; Meckling, 1976). No setor público brasileiro, especialmente em municípios de pequeno porte e com baixa capacidade técnica, os instrumentos de controle administrativo nem sempre se mostram eficazes, propiciando a ocorrência de desvio de interesse sem sanção proporcional (Almeida Santos *et al.*, 2019; Costa; Leão, 2021).

A aplicação dessas lentes teóricas encontra-se em diversos estudos recentes (Costa; Leão, 2021; Rasteiro, 2023), que evidenciam como a escolha pública explica os incentivos institucionais, enquanto a teoria da agência justifica a assimetria e os riscos associados à delegação de confiança do principal ao agente. Ambos os arcabouços oferecem suporte teórico relevante para compreender os fatores que incentivam os gestores municipais a manipular os resultados orçamentários.

Nesse contexto, é fundamental compreender a operacionalização das práticas de manipulação de resultados no processo de execução orçamentária, por meio de rubricas contábeis cujas decisões apresentam margem de discricionariedade.

2.2 Manipulação de resultados orçamentários: incentivos e evidências nos municípios

À luz das lentes teóricas apresentadas previamente, a manipulação de resultados ocorre quando gestores públicos recorrem às margens legais e discricionárias para modificar os resultados contábeis do ente, com o intuito de alcançar metas específicas ou influenciar a percepção da sociedade sobre o desempenho institucional (Healy; Wahlen, 1999; Schipper, 1989). No contexto da gestão pública dos municípios brasileiros, especialmente os de menor porte, a fragilidade dos controles internos e a exigência institucional por resultados equilibrados aumentam a propensão ao uso discricionário de determinadas contas contábeis (Almeida Santos *et al.*, 2019; Costa; Leão, 2021).

Os ingressos de recursos tratados como “outras receitas correntes” e os gastos orçamentários classificados no grupo de natureza “outras despesas correntes” são frequentemente reconhecidos como zonas cinzentas da contabilidade aplicada às entidades do setor público. Essas categorias orçamentárias oferecem ao gestor oportunidade suficiente para se beneficiar da flexibilidade interpretativa, favorecendo seus interesses, uma vez que tais rubricas agregam lançamentos contábeis residuais e atípicos, prejudicando a auditabilidade e a fiscalização orçamentária (Santos *et al.*, 2012). Em contextos de limitada capacidade de fiscalização, essas contas tornam-se instrumentos eficazes para manipular resultados e projetar superávits ou déficits.

Estudos internacionais demonstram que o uso discricionário de categorias orçamentárias genéricas constitui prática recorrente em governos locais, especialmente em períodos eleitorais (Costa; Leão, 2021). Cohen e Malkogianni (2021) identificaram que municípios da Grécia e da Itália intensificaram o uso de *accruals* e contas genéricas em períodos pré-eleitorais, com o objetivo de divulgar desempenho fiscal estável e evitar sanções externas.

No contexto brasileiro, Araújo, Queiroz e Paulo (2023) indicam que os municípios apresentam comportamento semelhante, evidenciando que o ciclo político e a frágil capacidade administrativa desses entes favorecem o uso frequente de contas orçamentárias flexíveis para manipular resultados. Costa e Leão (2021), por sua vez, apontam para a existência de uma descontinuidade em torno do equilíbrio orçamentário, sugerindo tentativas de evitar resultados deficitários visíveis.

Desse modo, a manipulação de resultados por meio de rubricas flexíveis caracteriza não apenas um mecanismo contábil, mas também uma resposta a incentivos políticos e institucionais. Tal conduta compromete a qualidade da informação contábil utilizada no planejamento das políticas públicas, dificultando a alocação eficiente de recursos públicos (Cohen; Malkogianni, 2021), prejudicando a transparência e afetando a confiança da sociedade e das instituições de fiscalização. É nesse contexto que se insere o presente estudo, que visa mensurar, a partir de dados observáveis, a manipulação de resultados nos municípios paulistas entre 2014 e 2022.

2.3 Estudos anteriores

Cada vez mais estudos têm sido realizados buscando investigar a manipulação de resultados utilizando metodologias diferentes. Embora os contextos institucionais variem, observa-se uma convergência teórica ao identificar que as características intrínsecas dos municípios (e.g., rentabilidade e liquidez) atuam como indutores desse fenômeno, enquanto o endividamento pode exercer um efeito disciplinador, desestimulando a prática de distorção (Rasteiro, 2023). Essa dinâmica é ampliada quando analisada sob a ótica dos incentivos políticos. Araújo, Queiroz e Paulo (2023) analisaram o efeito dos ciclos políticos eleitorais sobre o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar nos municípios brasileiros. Costa e Leão (2021) indicaram a existência de descontinuidades em torno do

resultado nulo, sugerindo que o nível de gerenciamento de resultados aumenta para assegurar um superávit mínimo. Ambos os estudos reforçaram que o primeiro mandato e a proximidade das eleições potencializam a disposição do gestor para práticas discricionárias.

Contudo, a literatura apresenta nuances quanto à uniformidade desse comportamento. Por exemplo, Almeida Santos *et al.* (2019) indicaram que, embora os governos manipulem resultados para alcançar o equilíbrio fiscal em resposta à Lei de Responsabilidade Fiscal, o ciclo eleitoral nem sempre apresenta manifestação conclusiva. Essa divergência indica que, em determinados contextos, o objetivo primordial de equilíbrio orçamentário parece sobrepor-se às motivações meramente eleitorais (Paulo, 2019).

Em síntese, a literatura nacional e internacional evidencia que a manipulação não é um fenômeno isolado, mas uma resposta sistemática a incentivos institucionais e orçamentários (Cohen; Malkogianni, 2021; Santos *et al.*, 2012). Logo, o uso de rubricas flexíveis, como outras receitas e despesas correntes, constitui um mecanismo recorrente para ajustes de última hora, especialmente onde há fragilidade de controle e elevada heterogeneidade fiscal (Costa; Gartner, 2016), com efeitos negativos sobre a qualidade da informação fiscal, a transparência das contas públicas e a *accountability* perante a sociedade.

3 METODOLOGIA

3.1 Dados e amostragem

Este estudo utilizou informações provenientes dos balanços orçamentários dos 645 municípios do Estado de São Paulo, no período de 2014 a 2022. Os dados contábeis foram obtidos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi, 2023), enquanto a densidade populacional foi fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Inicialmente, previu-se a utilização de um painel balanceado, totalizando 5.805 observações (645 municípios × 9 anos); contudo, a ausência de alguns dados resultou em uma amostra de 5.459 observações no Modelo A que usa como variável dependente “Outras receitas correntes” e 5.486 no Modelo B que usa como variável dependente “Outras despesas correntes”.

A escolha do período de 2014 a 2022 justifica-se, entre outros fatores, pela necessidade de garantir a completude, consistência e confiabilidade das informações orçamentárias dos municípios paulistas, considerando os recorrentes atrasos na divulgação e republicação dos relatórios contábeis pelos entes subnacionais. Nesse contexto, Almeida Santos *et al.* (2019) corroboram essa delimitação temporal ao destacar que as referidas inconsistências podem comprometer a robustez estatística das análises, especialmente quando os dados orçamentários ainda se encontram em fase de consolidação ou correção.

Adotou-se neste estudo a adaptação do modelo de Santos *et al.* (2012), fundamentado em Rodrigues (2007), utilizando variáveis previamente estabelecidas na literatura. A

Tabela 1 apresenta as variáveis analisadas, suas descrições e a relação esperada conforme o referencial teórico.

Tabela 1 – Variáveis da pesquisa

Variável	Descrição	Sinal esperado	
		Modelo A ⁽¹⁾	Modelo B ⁽²⁾
OTREC	Variável dependente: Outras receitas correntes do município <i>i</i> , no ano <i>t</i> , (R\$).	Não se aplica	Não se aplica
OTDEC	Variável dependente: Outras despesas correntes do município <i>i</i> , no ano <i>t</i> , (R\$).	Não se aplica	Não se aplica
VAREO	Variável independente: Variação do resultado orçamentário do município <i>i</i> , no ano <i>t</i> , em relação ao ano <i>t-1</i> (R\$).	-	-
IMOB	Variável independente: Ativo Imobilizado do município <i>i</i> , no ano <i>t</i> (R\$).	-	+
PASRE	Variável independente: Passivo financeiro + Passivo não financeiro do município <i>i</i> no ano <i>t</i> (R\$).	+	+
DENPO	Variável de controle: Densidade populacional demográfica do município <i>i</i> , no ano <i>t</i> (R\$).	+	+
ANOEL	Variável Dummy de controle referente ao ano eleitoral para eleições de prefeitos, sendo 1 nos anos de 2016 e 2020, e zero nos demais períodos.	+	+

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (1) Modelo econométrico onde a variável dependente é OTREC e (2) onde a variável dependente é OTDEC.

Sabe-se que é de interesse dos municípios aproximar-se do equilíbrio orçamentário, não visando alcançar ou manter resultados negativos, nem resultados positivos muito acima de zero. Santos *et al.* (2012) concluíram que a relação entre a variação planejada nos resultados e as demais receitas e despesas correntes seria negativa, sugerindo que, no contexto específico de Santa Catarina, os municípios utilizam as contas de outras receitas e despesas correntes como meio de assegurar o equilíbrio orçamentário. Segundo os autores, isso ocorre porque a variação nos resultados orçamentários tende a diminuir quando há aumento nos valores de outras receitas e/ou despesas correntes. Assim, a primeira variável independente analisada é VAREO, que representa a variação líquida do resultado orçamentário municipal de um ano para outro. Calcula-se somando receitas correntes, intraorçamentárias e de capital, subtraindo as despesas de capital e correntes. Espera-se uma relação inversa entre VAREO e as variáveis dependentes OTREC e OTDEC.

Para capturar o montante de imobilizado de cada município ano a ano, coletou-se do balanço patrimonial de cada município paulista a conta Ativo Imobilizado, denominada nesta pesquisa de IMOB, a segunda variável independente presente em ambos os modelos. Essa conta compreende ativos tangíveis utilizados na produção, fornecimento de serviços ou para fins administrativos. Espera-se uma relação negativa com OTREC e positiva com OTDEC, indicando que receitas correntes são utilizadas para a aquisição de ativos fixos e que o aumento das despesas correntes se relaciona a gastos de exercícios anteriores.

A terceira variável independente (PASRE) representa o passivo real de cada município, englobando tanto as obrigações da dívida flutuante, que independem de autorização orçamentária/legislativa para pagamento (passivo financeiro), quanto a dívida fundada, que depende de autorização orçamentária/legislativa para pagamento (passivo permanente). Segundo Santos *et al.* (2012), espera-se uma relação positiva com OTREC e OTDEC, podendo indicar disparidades inesperadas nos restos a pagar (valores superiores ao esperado), relacionadas, por exemplo, a pagamentos a fornecedores, despesas com pessoal e encargos sociais, ou ainda a empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos ao longo do período analisado.

Todas as variáveis expressas em unidades monetárias (R\$) utilizadas neste estudo foram corrigidas pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado a preços de dezembro de 2022.

Foram incorporadas aos Modelos A e B duas variáveis de controle: DENPO, que reflete a densidade populacional, e ANOEL, uma variável *dummy* que capta a influência das eleições municipais. Espera-se uma relação positiva para DENPO, pois uma maior população eleva a arrecadação via multas e juros de mora, aumentando as outras receitas e despesas correntes (Paulo, 2019). Para ANOEL, também se espera uma relação positiva, visto que prefeitos, em anos eleitorais, podem manipular receitas e despesas correntes para financiar campanhas e apresentar uma gestão equilibrada (Paulo, 2019).

Em resumo, as hipóteses deste trabalho são:

- H₁: A variação líquida do resultado orçamentário municipal apresenta relação negativa com as outras receitas e outras despesas correntes.
- H₂: O incremento do valor dos ativos imobilizados dos municípios paulistas apresenta relação negativa com as outras receitas correntes e positiva com as outras despesas correntes.
- H₃: O passivo real influencia positivamente as contas contábeis de outras receitas e outras despesas correntes.
- H₄: A densidade populacional dos municípios está relacionada de forma positiva com as outras receitas e outras despesas correntes.
- H₅: No ano em que ocorrem eleições municipais para prefeitos, observa-se relação positiva com as outras receitas correntes e outras despesas correntes.

3.2 Modelo econométrico

Utilizou-se o software STATA para estimar os modelos econométricos deste estudo. Foram testados dois modelos principais, chamados de modelos A e B (Equações 1 e 2, respectivamente):

$$OTREC_{i,t} = \hat{\alpha}_{it} + \hat{\beta}_1 VAREO_{i,t} + \hat{\beta}_2 IMOB_{i,t} + \hat{\beta}_3 PASRE_{i,t} + \hat{\beta}_4 DENPO_{i,t} + \hat{\beta}_5 ANOEL_{i,t} \quad (1)$$

$$OTDEC_{i,t} = \hat{\alpha}_{it} + \hat{\beta}_1 VAREO_{i,t} + \hat{\beta}_2 IMOB_{i,t} + \hat{\beta}_3 PASRE_{i,t} + \hat{\beta}_4 DENPO_{i,t} + \hat{\beta}_5 ANOEL_{i,t} \quad (2)$$

em que: OTREC representa as outras receitas correntes do município i no ano t ; OTDEC representa as outras despesas correntes do município i no ano t ; VAREO corresponde à variação do resultado orçamentário do município i no ano t em relação ao ano $t-1$; IMOB refere-se ao ativo imobilizado do município i no ano t ; PASRE corresponde ao passivo real do município i no ano t ; DENPO indica a densidade demográfica do município i no ano t ; e ANOEL é a variável *dummy* que assume valor 1 se o ano for de eleições para a prefeitura municipal e 0 caso contrário.

Além dos modelos principais, também foram realizadas estimativas adicionais, com a divisão dos municípios em dois estratos populacionais: municípios com menos de 100 mil habitantes e aqueles com 100 mil ou mais habitantes.

Três abordagens de modelagem foram empregadas: *pooled*, efeitos fixos (EF) e efeitos aleatórios (EA). O modelo *pooled* estima coeficientes constantes para toda a amostra, enquanto a modelagem de efeitos fixos permite interceptos variáveis entre os municípios, com coeficientes constantes para as variáveis independentes. Por sua vez, a modelagem de efeitos aleatórios admite interceptos variáveis, não correlacionados com os erros.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas para as variáveis utilizadas neste estudo. Observa-se elevada variabilidade das principais variáveis dependentes e independentes em torno da média — com o coeficiente de variação relativo (coeficiente de variação = desvio padrão/média) variando de 5,7 para PASRE até 171,3 para VAREO. Esse resultado decorre do fato de o Estado de São Paulo abranger um número expressivo de municípios (645 ao todo), cuja população, em 2022, variava de 839 habitantes, como em Borá, até a cidade mais populosa do estado, a capital, com 12.396.372 habitantes. Tal discrepância era antecipada, uma vez que é reconhecida a estreita relação entre orçamento público e tamanho populacional municipal, marcada pela influência direta da demanda por serviços, da capacidade de arrecadação e das complexidades administrativas.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis da pesquisa

Variável	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Coeficiente de Variação
Ano	5805	2018	2,6	2014	2022	0,00
OTREC	5742	16.400.000	188.000.000	- 3.746.224	7.570.000.000	11,5
OTDEC	5805	158.000.000	1.410.000.000	-	47.900.000.000	8,9
VAREO	5804	723.989	124.000.000	- 4.090.000.000	4.870.000.000	171,3
IMOB	5770	238.000.000	1.350.000.000	1.442	36.500.000.000	5,7
PASRE	5488	585.000.000	10.100.000.000	- 2.730.000.000	287.000.000.000	17,3
DENPO	5773	335	1.310	4	14.593	3,9
ANOEL	5805	0,2	0,4	-	1	1,9

Fonte: Resultados da pesquisa.

A Tabela 3 apresenta as correlações de Spearman entre as variáveis independentes utilizadas neste estudo, sendo essa uma medida não paramétrica da associação entre os postos das variáveis.

Tabela 3 – Correlação de Spearman entre as variáveis independentes

	VAREO	IMOB	PASRE	DENPO	ANOEL
VAREO	1				
IMOB	0.01	1			
PASRE	0.00	0.69*	1		
DENPO	0.01	0.70*	0.63*		
ANOEL	0.11*	0.01	-0.03	0.00	1

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: (*) significa que a correlação é estatisticamente significativa a 5%.

Um aspecto predominante nos resultados observa-se ao notar uma relação moderada ($0,5 \leq r < 0,7$) e significativa entre PASRE e IMOB, bem como entre PASRE e DENPO; além de uma relação forte ($r \geq 0,7$) e significativa entre DENPO e IMOB. Esses resultados indicam possível violação do pressuposto básico de ortogonalidade entre as variáveis independentes, ou seja, ausência de multicolinearidade entre elas. Para certificar o atendimento dessa premissa, utilizou-se o fator de inflação de variância (FIV). As demais correlações exibiram valores estatisticamente não significativos ou próximos de zero, como no caso de ANOEL x VAREO. Para testar a hipótese inicial de que tanto as outras receitas correntes quanto as outras despesas correntes são função das variáveis testadas, realizou-se uma análise de regressão. Os resultados da regressão com efeitos fixos, assim como os testes estatísticos aplicados, encontram-se descritos na Tabela 4.

Tabela 4 – Modelos de estimação por efeitos fixos – Municípios de São Paulo de 2014 a 2022

Variáveis independentes	Modelo A (OTREC)	Modelo B (OTDEC)
VAREO	0.27706*** (0.03746)	-0,24353*** (0,01521)
IMOB	0.03549 (0.03263)	-0,07713 (0,08041)
PASRE	-0.01079*** (0.00096)	-0,01732*** (0,00302)
DENPO	-191.972,2 (133.055.50)	775.218,90 (484.417,70)
ANOEL	-525.002,2 (793.325,30)	-7.887.702,00** (3.199.068,00)
Constante	79.100.000,0*** (39.300.000,00)	-68.200.000,00 (146.000.000,00)
FIV máximo	4,49	4,49
Chow	$F_{644,4809} = 2,48^{***}$	$F_{644,4836} = 10,64^{***}$
Breusch-Pagan	Desnecessário	Desnecessário
Hausman	$\chi^2 = 46,12^{***}$	$\chi^2 = 92,25^{***}$
Wald	***	***
Wooldridge	$F_{1,639} = 316,644^{***}$	$F_{1,642} = 433,207^{***}$
Observações (n)	5459	5486
Grupos (n)	645	645

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. Erros-padrão robustos entre parênteses. A correção de White foi aplicada em ambos os modelos aos erros-padrão devido a presença de heterocedasticidade e autocorrelação dos resíduos.

Foram aplicados testes estatísticos para identificar a técnica de regressão mais adequada aos Modelos A e B. O primeiro teste avaliou a presença de multicolinearidade entre os regressores; todos apresentaram valores de FIV inferiores a 4,50, indicando ausência de multicolinearidade significativa entre as variáveis independentes.

Em seguida, foi empregado o teste F (de Chow) para comparar o modelo de efeitos fixos estimado com o modelo de dados empilhados (*pooled*), que desconsidera a estrutura de dados em painel. Os valores do teste F para os Modelos A e B foram de $F_{644,4809} = 2,48$ e $F_{644,4836} = 10,64$, respectivamente, ambos estatisticamente significativos ao nível de 1%. Assim, verifica-se que o modelo de efeitos fixos é mais apropriado para as duas modelagens em relação ao modelo *pooled*.

Os resultados do teste de Hausman, utilizado para a escolha entre o modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios, mostraram que, com $\chi^2 = 46,12$ e $\chi^2 = 92,25$ para os Modelos A e B, respectivamente, ambos com $p = 0,0000$, o modelo de efeitos fixos é mais indicado para a análise proposta do que o modelo de efeitos aleatórios. Diante desses resultados, não se fez necessária

a aplicação do teste de Breusch-Pagan, já que, mesmo se o modelo *pooled* fosse preferível ao de efeitos aleatórios, o modelo de efeitos fixos ainda seria superior ao *pooled*. Portanto, por exclusão, o modelo de efeitos fixos é o mais adequado para a análise proposta tanto para o Modelo A como para o Modelo B.

Os modelos selecionados apresentaram heterocedasticidade nos resíduos. O teste de Wald foi aplicado $X_{645}^2 = 1.1 \cdot 10^{12}$, e $X_{645}^2 = 4.1 \cdot 10^{10}$, $p = 0,0000$. Para mitigar esse problema, foi empregada uma matriz robusta de variância-covariância (correção de White) no modelo de efeitos fixos estimado. Os valores dos desvios-padrão apresentados na Tabela 4 já consideram essa correção.

Foi realizado ainda, o teste de Wooldridge, que assume como hipótese nula a ausência de correlação serial de primeira ordem no painel de dados. Os valores encontrados para os modelos foram de $F_{1,639} = 316,644$ e $F_{1,642} = 433,207$, ambos estatisticamente significativos ao nível de 1%. Assim, não se rejeita a hipótese nula, indicando a existência de problemas de correlação serial nos dados. A correção robusta de White, empregada anteriormente para tratar a heterocedasticidade dos resíduos, também soluciona esse problema.

A variável VAREO apresentou coeficiente estimado positivo igual a 0,277, estatisticamente significativo a 1% no Modelo A. Um incremento de um real no resultado orçamentário gera um aumento de 0,277 reais em OTREC. No entanto, esperava-se uma relação negativa, não sendo possível validar H_1 no que se refere às outras receitas correntes. No Modelo B, a relação foi negativa e significativa a 1%, não contrariando H_1 , ou seja, a variação dos resultados orçamentários tende a diminuir caso haja aumento dos valores de outras despesas correntes. Os resultados não coincidem com os encontrados por Rodrigues (2007), Santos *et al.* (2012) e Paulo (2019) para OTREC, mas correspondem aos resultados de Santos *et al.* (2012) e Paulo (2019) para a variável OTDEC.

A variável IMOB, que capta o capital imobilizado nos municípios paulistas, não foi estatisticamente significativa em ambos os modelos, não sendo possível realizar inferências quanto ao sinal ou ao valor do parâmetro estimado para os Modelos A e B.

A relação é negativa e estatisticamente significativa a 1% para a variável PASRE nos Modelos A e B. O acréscimo de 1 real no passivo real dos municípios resulta em redução de 0,0108 em outras receitas correntes, e de 0,1073 em outras despesas correntes. O sinal da variável não permite a aceitação de H_3 nas duas modelagens. Esses resultados indicam ausência de gerenciamento de resultados neste caso, em desacordo com Rodrigues (2007), Santos *et al.* (2012) e Paulo (2019) para OTREC e OTDEC.

Assim como IMOB, a variável de controle DENPO não apresentou significância estatística ao nível de 10%, impossibilitando validar ou rejeitar H_4 . A variável *dummy* ANOEL mostrou-se significativa somente no modelo B ($p = 0,0140$). Contudo, seu sinal não permite validar H_5 , mesmo que parcialmente, pois é contrário ao esperado, divergindo dos achados de Santos *et al.* (2012).

Assim, por meio da análise longitudinal desenvolvida neste estudo, rejeita-se H_1 no Modelo A e aceita-se no Modelo B (existe relação negativa entre a variação do resultado orçamentário e as outras despesas correntes). Em relação às hipóteses H_2 e H_4 , não é possível afirmar qualquer conclusão, uma vez que as variáveis IMOB e DENPO não foram estatisticamente significativas em nenhuma modelagem. Rejeita-se totalmente H_3 (o passivo real influencia positivamente as rubricas de outras receitas e outras despesas correntes). Por fim, rejeita-se H_5 no Modelo B (existe relação positiva entre o ano eleitoral nas prefeituras municipais e outras despesas correntes), enquanto, no Modelo A, a variável ANOEL não apresentou significância estatística.

De modo geral, seria prematuro afirmar a existência de gerenciamento de dados nos municípios do Estado de São Paulo, porém os Modelos A e B sugerem que os gestores das contas públicas dos municípios paulistas tendem a manipular a conta de outras despesas correntes com o objetivo de manter o equilíbrio orçamentário.

Para investigar se há diferenças na forma de gerir as contas públicas segundo o tamanho populacional, a amostra foi dividida em dois estratos: a) Amostra 1, composta por 564 municípios, todos com população inferior a 100 mil habitantes; e b) Amostra 2, formada por 81 municípios, todos com população igual ou superior a 100 mil habitantes em 2022. Os resultados das regressões das duas subamostras são apresentados na Tabela 5.

Em geral, identificaram-se descobertas consistentes e distintas ao examinar subamostras com base no tamanho populacional. O impacto de VAREO, IMOB e PASRE nas outras receitas correntes (OTREC) dos pequenos municípios (i.e., Modelo 3) não foi estatisticamente significativo, impossibilitando a validação ou rejeição de H_1 , H_2 e H_3 . No Modelo 3, apenas DENPO e ANOEL foram estatisticamente significativas ao nível de 10%, mas seus sinais conduzem à rejeição de H_4 e H_5 , respectivamente, nos pequenos municípios. Nos grandes municípios (Modelo 5), apenas IMOB e PASRE foram estatisticamente significativas ao nível de 5%, e seus sinais levam à rejeição de H_2 e à aceitação de H_3 , não havendo, contudo, evidências robustas de gerenciamento de resultados a partir da rubrica outras receitas correntes no segundo estrato (Tabela 5).

Tabela 5 – Resultados das regressões por amostras – Municípios de São Paulo de 2014 a 2022

Variáveis independentes	Amostra 1 - Municípios com <100 mil habitantes		Amostra 2 - Municípios com ≥100 mil habitantes	
	(3) Efeitos fixos OTREC	(4) Efeitos fixos OTDEC	(5) <i>Pooled</i> OTREC	(6) Efeitos fixos OTDEC
VAREO	0,00075 (0,00498)	-0,11007*** (0,02084)	0,11110 (0,10160)	-0,24958*** (0,01676)
IMOB	0,00060 (0,00268)	0,04701* (0,02714)	0,05218** (0,02323)	-0,08058 (0,08320)
PASRE	0,00108 (0,00148)	0,01811* (0,01005)	0,01029*** (0,00395)	-0,01720*** (0,00306)
DENPO	-56.405,66* (10.898,87)	360.849,30*** (116.292,80)	-4.048,726 (2.897,205)	789.069 (504.429,8)
ANOEL	-133.290,40* (80.999,41)	-2.943.414,00*** (265.780,60)	-14.900.000 (12.600.000)	-42.700.000* (23.900.000)
Constante	6.545.643,00*** (834.325,0)	6.521.074,00 (9.094.725,00)	5.726.417 (17.700.000)	-456.000.000 (959.000.000)
FIV máximo	1,23	1,23	4,48	4,48
Chow	$F_{563, 4188} = 5,41^{***}$	$F_{563, 4214} = 52,69^{***}$	$F_{80, 616} = 2,56^{***}$	$F_{80, 617} = 10,38^{***}$
Breusch-Pagan	Desnecessário	Desnecessário	$\chi^2 = 2,95$	Desnecessário
Hausman	$\chi^2 = 115,58^{***}$	$\chi^2 = 114,25^{***}$	$\chi^2 = 0,00$	$\chi^2 = 10,88^{***}$
Wald	$\chi_{645}^2 = 1,4 \times 10^9^{***}$	$\chi_{645}^2 = 2,8 \times 10^6^{***}$	$\chi_{81}^2 = 4,9^* \times 10^7^{***}$	$\chi_{81}^2 = 5,4^* \times 10^7^{***}$
Wooldridge	$F_{1, 558} = 2,002$	$F_{1, 561} = 29,999^{***}$	$F_{1, 80} = 372,148^{***}$	$F_{1, 80} = 488,226^{***}$
Observações (n)	4757	4783	702	703
Grupos (n)	564	564	81	81

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. Erros-padrão robustos entre parênteses. A correção de White aos erros-padrão foi aplicada aos modelos de efeitos fixos (1), (2) e (4), enquanto a correção de White foi aplicada ao modelo pooled (3).

Quanto às outras despesas correntes (OTDEC), o cenário muda consideravelmente. Em relação à variável VAREO, nada se altera: ela permanece estatisticamente significativa nos Modelos 4 e 6 simultaneamente, e seus sinais permitem a validação da hipótese H_1 tanto em municípios pequenos quanto em grandes, resultado idêntico ao obtido no Modelo B (todos os municípios), conforme apresentado na Tabela 5. No entanto, observa-se que o impacto de VAREO sobre OTDEC é 126,75% maior nos grandes municípios em relação aos pequenos, ou seja, mais que o dobro, evidenciando que o resultado orçamentário tem importância considerável no gerenciamento das outras despesas correntes nos municípios mais populosos.

No caso das variáveis IMOB, PASRE, DENPO e ANOEL, estas foram estatisticamente significativas nos pequenos municípios (Modelo 4), permitindo a aceitação conjunta das hipóteses H_2 , H_3 e H_4 , enquanto a hipótese H_5 foi rejeitada nesse mesmo modelo. No Modelo 6,

PASRE e ANOEL também se mostraram estatisticamente significativas, mas seus sinais levam à rejeição das hipóteses H_3 e H_5 , reproduzindo exatamente o resultado obtido no Modelo B (Tabela 5). Assim, há fortes evidências de gerenciamento de resultados nas outras despesas correntes em pequenos municípios, o que contraria os resultados encontrados no Modelo B (Tabela 5). Independentemente do estrato populacional, destaca-se que a principal motivação do gestor público foi confirmada, ou seja, a utilização da conta de outras despesas correntes para manter o equilíbrio fiscal, conforme demonstrado também no Modelo B.

Observa-se ainda que, quanto à variável dependente OTDEC, tanto o modelo geral que contempla todos os municípios (Modelo B), quanto o modelo restrito aos grandes municípios (Modelo 6), apresentaram os mesmos coeficientes estimados, estatisticamente significativos e com igual sinalização. Portanto, ambos conduzem às mesmas conclusões quanto à aceitação ou rejeição das hipóteses formuladas, indicando poucos indícios de gerenciamento de resultados via OTDEC.

Todavia, conforme o Modelo 4 (i.e., grupo dos pequenos municípios), há fortes indícios de manipulação de resultados relacionados à OTDEC (Quadro 1). Os gestores utilizam passivos, variação dos resultados orçamentários e imobilizados no gerenciamento dos resultados. As discrepâncias entre o modelo geral e os modelos segmentados por porte populacional podem ser explicadas por valores atípicos das variáveis, que funcionam como “alavancas” nos modelos. A estratificação por porte populacional mostrou-se pertinente, ao evidenciar que gestores de municípios menores utilizam com maior frequência as outras despesas correntes no gerenciamento de resultados. O Quadro 1 consolida as validações das hipóteses em todos os modelos apresentados.

Quadro 1 – Resumo dos resultados obtidos

Hipótese	Modelo A	Modelo B	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
	OTREC	OTDEC	OTREC	OTDEC	OTREC	OTDEC
	Todos os municípios		Municípios pequenos		Grandes municípios	
H_1	Rejeitada	Aceita	ns	Aceita	ns	Aceita
H_2	ns	ns	ns	Aceita	Rejeitada	ns
H_3	Rejeitada	Rejeitada	ns	Aceita	Aceita	Rejeitada
H_4	ns	ns	Rejeitada	Aceita	ns	ns
H_5	ns	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	ns	Rejeitada

Fonte: Elaboração própria.

Nota: ns: não significativo estatisticamente.

Os resultados econométricos indicam que os indícios de manipulação de resultados são mais pronunciados nos municípios com menos de 100 mil habitantes, sobretudo por meio da conta de outras despesas correntes, enquanto essa evidência é menos robusta entre os municípios de maior porte. Esse achado é consistente com a literatura que aponta que, em municípios menores, a combinação entre estruturas administrativas menos profissionalizadas, fragilidades

de controle interno e menor capacidade técnica pode ampliar a possibilidade de escolhas discricionárias na aplicação das normas contábeis (Almeida Santos *et al.*, 2019; Costa; Leão, 2021). No contexto desta pesquisa, estes fatores institucionais e a proximidade entre gestores e partes interessadas não foram diretamente mensurados, de modo que essa interpretação constitui uma leitura dos padrões empíricos à luz da literatura, e não uma evidência causal produzida pelos modelos estimados.

A conta “outras despesas correntes” funciona, no orçamento público, em termos práticos, como uma categoria residual para registrar gastos de custeio que não se enquadram bem em outras classificações, o que lhe confere maior flexibilidade de uso por parte do gestor. Observa-se, nos achados encontrados, que essa conta é utilizada de forma recorrente justamente quando o município precisa ajustar o resultado para ficar próximo do equilíbrio orçamentário. Neste estudo, esse padrão é interpretado como evidência de manipulação de resultados em nível agregado: não se afirma que cada gasto registrado nessa rubrica é ilegal, mas que a conta pode ser utilizada, de forma estratégica, para “ajustar” o resultado fiscal, reduzindo a qualidade da informação para fins de transparência e *accountability*.

Do ponto de vista operacional deste estudo, esse uso recorrente da conta “outras despesas correntes” para aproximar o resultado do equilíbrio é classificado como manipulação de resultados, e não apenas como um indício fraco ou ambíguo. Em termos da pergunta de pesquisa, essa evidência permite concluir que os municípios paulistas, sobretudo os de menor porte, utilizam essa rubrica como mecanismo de ajuste para atingir o equilíbrio orçamentário, o que confirma a existência de gerenciamento de resultados nas contas analisadas.

Essa associação reforça a hipótese de que a flexibilidade contábil é mais explorada em ambientes com menor pressão de monitoramento e maior heterogeneidade administrativa, consolidando um padrão empírico que sustenta as hipóteses formuladas, sem extrapolar os limites das variáveis observáveis no modelo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi investigar a prática de manipulação contábil nos resultados orçamentários dos municípios paulistas. Para tanto, foram analisados 645 municípios do Estado de São Paulo, no período de 2014 a 2022, utilizando-se uma abordagem quantitativa. Para a análise, empregou-se o modelo proposto por Santos *et al.* (2012), a fim de identificar a influência de cinco variáveis explicativas (VAREO, IMOB, PASRE, DENPO e ANOEL) sobre as contas de outras receitas correntes e de outras despesas correntes.

Os resultados indicam que o tamanho da população é um fator relevante para compreender o comportamento das rubricas analisadas. Observou-se que os indícios de manipulação de resultados mostraram-se mais pronunciados entre os municípios com menos de cem mil habitantes, enquanto nos municípios de maior porte, essa evidência se apresenta

menos robusta. Esse achado sugere uma maior margem de discricionariedade na utilização de determinadas rubricas orçamentárias, especialmente em contextos de pressão por equilíbrio fiscal, interpretação consistente com estudos anteriores (Almeida Santos *et al.*, 2019; Costa; Leão, 2021).

De modo geral, os modelos estimados sugerem que a principal hipótese do estudo, de que gestores utilizam as contas de “outras receitas correntes” e “outras despesas correntes” para manipular resultados, pode ser parcialmente confirmada. Essa rubrica possui natureza residual na classificação da despesa orçamentária, sendo utilizada para registrar gastos correntes que não se enquadram em categorias mais específicas, o que amplia o grau de discricionariedade do gestor público, permitindo ajustes contábeis que podem influenciar o resultado orçamentário no encerramento do exercício.

Observou-se uma associação estatisticamente significativa entre a conta “outras despesas correntes” e as variáveis explicativas em três dos seis modelos estimados (Modelos B, 4 e 6), o que indica o uso potencialmente discricionário dessa rubrica, especialmente nos municípios de menor porte. Esse achado dialoga com evidências anteriores para outros estados brasileiros, nas quais “outras receitas” e “outras despesas correntes” aparecem como canais para ajuste do resultado orçamentário com vistas ao equilíbrio fiscal (Santos *et al.*, 2012).

Entre as limitações do estudo, destaca-se a ausência de dados orçamentários completos para diversos municípios, incluindo aqueles referentes a anos posteriores a 2022. Essa limitação restringiu o tamanho da amostra e dificultou a formação de um painel de dados mais balanceado, o que compromete, em certa medida, a generalização dos achados. Ademais, o desenho empírico não incorpora medidas diretas de capacidade técnica, qualidade do controle interno ou proximidade entre gestores e partes interessadas locais, de modo que a interpretação dos resultados à luz desses fatores deve ser entendida como uma leitura teórica, e não como evidência causal.

Diante dos indícios de manipulação nos pequenos municípios, recomenda-se que os órgãos de controle externo reforcem auditorias sobre as contas de natureza mais discricionária, em especial “outras receitas correntes” e “outras despesas correntes”. Os resultados indicam que a utilização recorrente dessas rubricas pode representar uma estratégia de reclassificação contábil destinada a acomodar pressões de equilíbrio fiscal, especialmente em contextos de menor capacidade institucional e menor estrutura de controle interno.

A padronização e a maior transparência dos registros contábeis, bem como o fortalecimento dos sistemas de controle interno municipal, também podem mitigar o uso deliberado dessas rubricas para fins de contabilidade criativa, em linha com estudos que apontam a influência de incentivos políticos sobre práticas de gerenciamento de resultados no setor público.

Sugere-se que futuras pesquisas ampliem o horizonte temporal e incluam novas variáveis, como grau de endividamento, volume de transferências correntes, indicadores fiscais e medidas de qualidade do controle interno, além de explorar diferentes configurações institucionais e ciclos eleitorais. Ademais, recomenda-se a adoção de modelos alternativos de identificação de manipulação contábil, como os baseados em *accruals* discricionários, adaptados à realidade do setor público municipal, a partir de metodologias já consolidadas na literatura privada e em estudos internacionais sobre governos locais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA SANTOS, Paulo Sérgio; SILVA, Josimar Pires da; PEREIRA, José Matias; SANTOS, Augusta Conceição Ferreira dos. Evidencias de manipulacion de resultados presupuestarios en el sector público: análisis cross-subnacional para el Brasil. **Cuadernos de Contabilidad**, v. 19, n. 48, p. 1-14, mar. 2019. https://doi.org/10.11144/javeriana.cc18-48.emrp_
- ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo de; QUEIROZ, Dimas Barrêto de; PAULO, Edilson. Incentivos eleitorais e o gerenciamento de resultados orçamentários por meio de restos a pagar. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 6, p. e2022-0382, jan. 2023. <https://doi.org/10.1590/0034-761220220382>.
- AUGUSTINHO, Sonia Maria; DE OLIVEIRA, Antonio Gonçalves; DE LIMA, Isaura Alberton. A” Contabilidade Criativa” e a inscrição de Restos a Pagar como” Expediente” para Alcançar o Superávit Primário. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 3, n. 4, 2013. <https://doi.org/10.18696/reunir.v3i4.167>
- BISOGNO, Marco; DONATELLA, Pierre. Earnings management in public-sector organizations: a structured literature review. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, n. 34, v. 6, p. 1-25, jun. 2022. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-03-2021-0035>.
- BUCHANAN, James M. Public choice: politics without romance. [Reimpressão de artigo de Imprimus, mar. 2003.] **Policy: A Journal of Public Policy and Ideas**, v. 19, n. 3, p. 13-18, 2003. <https://search.informit.org/doi/10.3316/apaft.142557732921230>.
- CAPALBO, Francesco; FRINO, Alex; MOLLICA, Vito; PALUMBO, Riccardo. Accrual-based earnings management in state owned companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 6, p. 1026-1040, jul. 2014. <https://doi.org/10.1108/aaaj-06-2014-1744>.
- COHEN, Sandra; BISOGNO, Marco; MALKOGIANNI, Ioanna. Earnings management in local governments: the role of political factors. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 20, n. 3, p. 331-348, set. 2019. <https://doi.org/10.1108/jaar-10-2018-0162>.
- COHEN, Sandra; MALKOGIANNI, Ioanna. Sustainability measures and earnings management: evidence from Greek municipalities. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 33, n. 4, p. 365-386, mar. 2021. <https://doi.org/10.1108/jpbafm-10-2020-0171>.
- COSTA, Fábio Moraes da; LEÃO, Fernando Henrique Ferreira Carneiro. Gerenciamento de resultados e ciclo eleitoral em municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 3, p. 697-715, maio 2021. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200112>.
- COSTA, Giovanni P. C. Lustosa da; GARTNER, Ivan Ricardo. Manipulação de informações contábeis no setor público brasileiro: evidências em dez casos pesquisados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 26, p. 141, fev. 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n26p141>.
- DECHOW, Patricia; GE, Weili; SCHRAND, Catherine. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, dez. 2010. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>.
- DONATELLA, Pierre; RUNESSON, Emmeli; TAGESSON, Torbjörn. To manage or reserve accruals? Evidence from a balanced-budget requirement reform. **Public Money & Management**, v. 44, n. 5, p. 366-375, 2024. <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2174447>.

- FERREIRA, Augusta. Debt as a motivation for earnings management by Portuguese municipalities? **Public Money & Management**, v. 44, n. 6, p. 1-12, jun. 2023. <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2213849>.
- HAUGDAL, Ane; KJÆRLAND, Frode; GÅRSETH-NESBAKK, Levi; OUST, Are. Earnings management in local governments under a soft control regime. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 36, n. 3, p. 277-295, 2024. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-10-2021-0144>
- HEALY, Paul M.; WAHLEN, James M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999. <https://doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, out. 1976. [https://doi.org/10.1016/0304-405x\(76\)90026-x](https://doi.org/10.1016/0304-405x(76)90026-x).
- JONES, Michael John (ed.). **Creative accounting, fraud and international accounting scandals**. [S.l.]: Wiley, 2011. E-book. ISBN 9780470057650. <https://doi.org/10.1002/9781119208907>.
- LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei; WARD VISHNY, Robert. Law and finance. **Journal of Political Economy**, v. 106, n. 6, p. 1113-1155, dez. 1998. <https://doi.org/10.1086/250042>.
- PAULO, Cátia Maria Pereira. **Manipulação de resultados no setor público: a relação entre a transparência e a manipulação de resultados nos municípios portugueses**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, Portugal. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/4371/1/Manipula%C3%A7%C3%A3o%20de%20Resultados%20no%20Setor%20P%C3%BAblico.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025
- PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; FERREIRA, Joaquim Osório Liberalquino; SANTOS, Vitor Maciel dos; RIBEIRO FILHO, José Francisco. Marcos regulatórios do controle interno: um estudo na ambientação com o controle externo e o controle social no Brasil. **Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 15, n. 1, fev. 2018. <https://doi.org/10.4013/base.2018.151.01>.
- QUEIROZ, Igor Sanderson de Assis de; RODRIGUES, Adriano. Um estudo sobre o gerenciamento da informação contábil pelos municípios fluminenses para alcance do piso constitucional de aplicação em saúde. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 59, p. 4 - 9, 2014. Disponível em <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/2043/1819>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- RASTEIRO, Inês Serra. **Determinantes da manipulação de resultados: A adoção do SNC-AP pelos governos locais**. 2023. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2023. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/29383/1/Master_ines_serra_rasteiro.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.
- RODRIGUES, Adriano. Gerenciamento dos Resultados Contábeis através de Receitas e Despesas Não-Operacionais: Estudo Empírico das Companhias “Nível 1” – Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 2, n. 1, p. 28, jan. 2007. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v2i1.13119.
- SANTOS, Paulo Sérgio Almeida; MACHADO, Débora Gomes; SCARPIN, Jorge Eduardo. Gerenciamento de resultados no setor público: análise por meio das contas orçamentárias outras receitas e despesas correntes dos municípios de Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 23, n. 4, p. 15-43, 2012. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2001>
- SCHIPPER, K. Commentary on earnings management. **Accounting Horizons**, v. 3, n. 4, p. 91-102, 1989.
- STREIM, Hannes. Agency problems in the legal political system and supreme auditing institutions. **European Journal of Law and Economics**, v. 1, p. 177-191, 1994. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01552469>. Acesso em: 6 jun. 2025.
- VERBRUGGEN, Sandra; CHRISTIAENS, Johan. Do Non-profit Organizations Manage Earnings toward Zero Profit and Does Governmental Financing Play a Role? **Canadian Journal of Administrative Sciences**, v. 29, n. 3, p. 205-217, maio 2012. <https://doi.org/10.1002/cjas.1219>.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: Alexandra Cabral e Valdemir da Silva.

Coleta de dados: Alexandra Cabral e Valdemir da Silva.

Discussão dos resultados: Alexandra Cabral; Valdemir da Silva, Camila Hermida, Anderson Aristides e Wesley Vieira.

Revisão e aprovação: Alexandra Cabral; Valdemir da Silva, Camila Hermida, Anderson Aristides e Wesley Vieira.

AUTOR CORRESPONDENTE

Valdemir da Silva - valdemir.academico@gmail.com

FINANCIAMENTO

Não se aplica

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria declara não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

BASE DE DADOS_STATA.dta

PUBLISHER

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da Enap.

EDITORES

Editor-Chefe: Alexandre de Ávila Gomide  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF – Brasil)

Editores:

Rafael Rocha Viana  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, Brasil)

Ana Clara Cândido  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, Brasil)

Mila Lopes Mesquita  (Escola Nacional de Administração Pública, Brasília/DF, Brasil)

HISTÓRICO

Submetido: 21/jun/2025 | Aceito: 28/abr/2026 | Publicado: 27/maio/2026

LICENÇA DE USO

Copyright (c) 2026 Alexandra Maria Rios Cabral, Anderson Moreira Aristides dos Santos, Camila do Carmo Hermida, Valdemir da Silva, Wesley Vieira da Silva. As pessoas autoras mantêm os direitos autorais e concedem à Revista do Serviço Público (RSP) o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença *Creative Commons* Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional. (CC BY-NC 4.0). Os artigos são de acesso aberto e uso gratuito.

